



casa  
**nobre**  
um património  
para o futuro

# ACTAS

**TOMO II**

**Património**

**Turismo e Desenvolvimento Regional**

27 a 29 de novembro de 2014

**casa das artes**

arcos de valdevez



Ficha Técnica

Título:

**Actas do 4.º Congresso Internacional  
Casa Nobre – Um património para o futuro**

Edição:

**Município de Arcos de Valdevez**

Data:

**Novembro de 2017**

ISBN:

**978-972-9136-83-2**

# Turismo e Desenvolvimento Regional



# O VINHO VERDE E A CASA NOBRE

ANTÓNIO BARROS CARDOSO

Professor da Universidade do Porto – Faculdade de Letras \*

E-mail: abarroscardoso@sapo.pt

Como acontece nas principais regiões vitícolas europeias, o território por onde se estende a Região Demarcada dos Vinhos Verdes encontra-se pontuado por unidades de produção com raízes históricas que se filiam na antiga nobreza. É impossível aludir nestas páginas a todas elas. Por isso selecionamos apenas algumas que, pelo seu relevante passado se constituem bens patrimoniais ilustrativos de evolução da região vinícola em causa. Serviram-nos ainda de orientação a antiguidade das notícias do plantio da vinha nas áreas circundantes dessas unidades produtivas, bem como a sua permanência em atividade até ao nosso tempo na produção de Vinhos Verdes. Ou seja, propomo-nos fazer num périplo breve pelas nove sub-regiões da extensa Região Demarcada dos Vinhos Verdes, guiados pela refuncionalização de patrimónios senhoriais rurais que importa dar a conhecer no sentido da sua valorização. Neles se entrecruzam tradição e modernidade, facilitando a sustentabilidade da Casa Nobre através do turismo de natureza, do enoturismo e do turismo em espaço rural<sup>1</sup>.

## 1. NA SUB-REGIÃO DE MONÇÃO MELGAÇO

No concelho de Melgaço e na freguesia de Paderne, a viticultura é prática antiga, fomentada pela presença monástica. O mosteiro que dá nome a esta freguesia, ligado ao Prior de Santa Cruz de Coimbra, foi coutado por D. Afonso Henriques em 1141 e, no século XIII, passou para a posse dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. No decurso da primeira metade do século XIV (1365) o mosteiro de Paderne possuía já na Vila de Melgaço casas onde os monges daquele cenóbio armazenavam cereais e vinho<sup>2</sup>. Mais tarde, em 1758, o pároco de Paderne, coloca o vinho na terceira posição entre as culturas da terra<sup>3</sup>.

---

\* Departamento de História e Estudos Políticos Internacionais. Presidente da Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho – APHVIN/GEHVID. Investigador do CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Universidade Católica Portuguesa.

<sup>1</sup> A este propósito sublinhamos a importância do tese de doutoramento de BRAGA, José Luís Sousa Soares de Oliveira – *Refuncionalizando a Casa Solarenga: uma Grounded Theory*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015, onde amplamente se discute a problemática da sustentabilidade da Casa Nobre enquanto unidade económica.

<sup>2</sup> FERNANDES, Aires Gomes – *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média – Dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011, p. 248 (Tese de Doutoramento policopiada).

<sup>3</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 27, n.º 15, fls. 81-85.

A **Quinta de Reguengo** (fig. 1), situada nesta freguesia serve de ponte para se conhecerem os laços entre um passado senhorial que remonta ao período medievo e o nosso tempo. A sua denominação está ligada ao facto de ali os habitantes de Melgaço pagarem a dízima régia por exploração das terras pertença da coroa, o que explica a generosa dimensão dos lagares e dos canastos existentes na propriedade. A casa foi mandada construir pela Rainha D. Leonor de Áustria, mulher de D. Manuel I, ainda no século XVI. Nos séculos XVI e XVII permaneceu na posse da família Castro, detentora do posto de alcaide-mor de Melgaço e de Castro de Laboreiro. Em 1606, a propriedade estava aforada a Fernando de Castro e à sua esposa D. Ana de Meneses, mordomos de D. Catarina de Bragança, mulher de D. João VI. A Quinta do Reguengo foi depois adquirida por Inácio de Araújo, filho de uma família humilde que, após ter emigrado para o Oriente, por altura do florescente comércio com a Índia e com os novos mercados que por lá se abriam, regressou com fortuna. Pertencendo uma parte da propriedade ao filho Jerónimo de Castro, acabou este por levar o negócio da venda a tribunal. Envolvido na querela, Inácio de Araújo acabou por legar a quinta à Santa Casa da Misericórdia de Melgaço que, por sua vez, em 1675, a vendeu ao Capitão Agostinho Soares de Castro. Na década de noventa do século XX a propriedade foi reconvertida totalmente para a produção vinícola, servindo-se da casta Alvarinho. A par, a casa é aproveitada para dar lugar a um hotel rural. Hoje apresenta no mercado vinhos com a marca da casa “Reguengo”.



Fig. 1 – Quinta de Reguengo – Melgaço.

A **Casa de Rodas** (fig. 2), situada a poucos quilómetros de Monção continua hoje a produção de vinhos. O edificado foi classificado de interesse público<sup>4</sup>. Esta casa emprestou o seu nome ao primeiro rótulo conhecido de vinho Alvarinho<sup>5</sup> mas as referências mais antigas à sua construção, situam-na no século XVI, era então propriedade de D.<sup>a</sup> Genebra do Vale Palhares, casada com Fernão Pita Ortigueira. O edificado da Casa de Rodas foi objeto de intervenções em finais do século XVI que lhe aumentaram a área construída. Durante as Guerras da Restauração foi destruída por um incêndio e reconstruída no século XVIII. A capela data 1767 e foi mandada construir por José Pita Palhares Antas Marinho. Antes conhecida por Casa



Fig. 2 – Casa de Rodas – Monção

<sup>4</sup> <URL: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73791/>>.

<sup>5</sup> Associação do Turismo de Habitação (doravante TURIHAB) – *Solares de Portugal – A arte de bem receber*. Ponte de Lima: Edições Inapa, 1999, p. 81.

de Picoutos, passou a partir da reconstrução setecentista a designar-se por Casa de Rodas<sup>6</sup>. Casa de família que gozava de poder e prestígio no século XVIII continua hoje a manter posição de destaque agora pela produção e venda de vinho da casta Alvarinho.

O **Palácio da Brejoeira** (fig. 3), um dos mais imponentes solares do norte do país, fica situado na freguesia de Pinheiros, terra já indicada como próspera em 1758. No respetivo inquérito paroquial diz-se que os frutos da terra eram então o milho-miúdo, o painço o centeio, o trigo, o feijão, o azeite, o linho e claro está, o vinho<sup>7</sup>. O palácio mistura os estilos neoclássico e barroco<sup>8</sup>. Construído sobre os restos de um solar quinhentista, Dora Wordsworth, filha do poeta romântico inglês William Wordsworth, quando em 1845 visitou Portugal deixou nota de que o Palácio começou a ser construído por volta de 1806, graças à iniciativa de Luís Pereira Velho de Moscoso. As obras só terminaram em 1834 abandonando-se o plano inicial que incorporava a ideia de construir um edifício em planta quadrada com quatro torreões e pátio central, optando-se antes por uma fachada em L com três torreões<sup>9</sup>. Luís Velho Pereira Moscoso enriqueceu no Brasil e aplicou boa parte da sua fortuna neste palácio que cedo se ligou à produção vinícola. Restaurado em 1901, foi nessa altura enriquecido com a construção de uma capela palatina e um teatro. A par, os amplos jardins e o bosque que cercam a propriedade foram redesenhados e construído o largo fronteiriço à casa. Em 1937 o industrial lisboeta Francisco de Oliveira Paes adquiriu-o. Propriedade emblemática do Vinho Verde, a casa é detentora da marca “Alvarinho – Palácio da Brejoeira” cujas uvas são vinificadas em modernas instalações existentes na própria quinta. Continua hoje a ser cabeça de um domínio com cerca de 40 hectares, 18 dos quais estão, desde 1963, plantados com a casta Alvarinho. A venda dos vinhos elegantes equilibrados e frescos da Brejoeira tem gerado a receita que permite cuidado exemplar na conservação e restauro, permanentemente exigidos por esta belíssima propriedade que, no decurso do século XIX, foi palco de festas com a presença da Corte portuguesa<sup>10</sup>.



Fig. 3 – Palácio da Brejoeira – Monção.

<sup>6</sup> O novo nome parece estar ligada à recolha de crianças abandonadas ou expostas (casa da roda) ou à separação de géneros entre os trabalhadores da quinta, porque as mulheres recebiam os alimentos através de uma roda sem poderem assim entrar na casa, evitando o contacto com os homens. SILVA, António Lambert Pereira da; BELO, Conde de Campo (Pref.) – *Nobres Casas de Portugal*, vol. III. Porto: Livraria Tavares Martins, 1959p. 235.

<sup>7</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 29, nº 191, fls. 1349-1352.

<sup>8</sup> SILVA, António Lambert Pereira da; BELO, Conde de Campo (Pref.) – *Nobres Casas de Portugal*..., p. 122.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 121.

<sup>10</sup> CARDOSO, António Barros e SILVA, Francisco Ribeiro da – *Porto do Vinho – Port of Wine*: Porto, Civilização Editora, 2007, p. 42.

A **Casa de Serrade** (fig. 4) representa mais um exemplo de casa brasonada do Alto Minho, cuja edificação data de meados do século XVII. Mazedo, lugar onde se situa o solar, era no século XVIII freguesia onde se produzia “[...] bastante vinho e bom [...]”<sup>11</sup>. A Casa foi sede do antigo morgadio que lhe deu nome – Serrade, instituído pelo padre Belchior Barbosa, filho de Gaspar Barbosa de Lima, descendente da Casa de Aboim. Em 1740 era morgado de Serrade Francisco Barbosa Marinho. No Portugal setecentista, onde havia vinho bom a presença britânica fez-se sentir<sup>12</sup>. Por isso, antes mesmo da edificação do solar já ali existia uma feitoria inglesa que servia de entreposto na venda dos vinhos claretes de Monção. Apesar destas referências à terra de Serrade a sua boa exposição solar e apetência dos solos para o cultivo da vinha, só a partir de 1985 foram plantadas vinhas com predominância das castas Alvarinho e Trajadura que, maioritariamente vinificam para as marcas da “Casa de Serrade”, cujo edificado foi totalmente recuperado e restaurado para turismo rural a partir de 1981.



Fig. 4 – Solar de Serrada – Monção.

## 2. NA SUB-REGIÃO DO LIMA

A Sub-Região do Lima concentra o maior número de solares e casas solarengas de toda a Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Muitas têm ainda os sinais da importância da vitivinicultura na sua economia, outras mantêm-se como produtoras de vinhos aos quais emprestam, como marca, o nome da casa. Muitas vendem as suas uvas para vinificarem à adega cooperativa local ou a grandes firmas vinícolas que dessa forma conseguem escala competitiva nos mercados nacionais e internacionais.

Comecemos o percurso pela **Torre e Casa de Aguiã** (fig. 5), localizada na freguesia do mesmo nome, em Arcos de Valdevez. Aí, por meados do século XVIII, já se produzia pelo menos o vinho “[...] que bastava o sustento dos lavradores da terra”<sup>13</sup>. Hoje as circunstâncias são outras e a Casa de Aguiã constitui-se como unidade de produção vinícola de referência. Com uma área de vinha que ronda os 9,5 hectares, tem na marca *Aguiã* a sua principal bandeira. Para além das vinhas cuidadas ostenta um edificado de referência. Trata-se de um *domus fortis* exemplo da reutilização ao longo dos séculos de um lugar que conserva ainda estruturas



Fig. 5 – Torre e Casa de Aguiã – Arcos de Valdevez

<sup>11</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais* – VOL. 23, n.º 98, fls. 647-657.

<sup>12</sup> CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes – O Porto e o Comércio Interno e Externo de Vinhos do Douro*, vol. I. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2003, p. 174.

<sup>13</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 1, n.º 56, fls. 395 a 399.

da Baixa Idade Média. A propriedade esteve sempre nas mãos de famílias nobres e o vasto património construído em volta da torre senhorial, em várias épocas, facilita a leitura da sua evolução. A qualidade das intervenções mostra o prestígio regional dos seus proprietários. Considerado primeiro edifício do século XIV<sup>14</sup> na verdade a origem da sua construção situa-se no século XV final, ou mesmo nos alvares do XVI<sup>15</sup>. A primitiva residência foi largamente modificada no período barroco. Contrariando a orientação da construção tardo-medieval a fachada principal do conjunto voltou-se para sul, assumindo uma posição de domínio visual do vale do rio Vez<sup>16</sup>. A obra barroca organizou-se seguindo simetrias com grande impacto visual. Destacamos a capela da quinta de nave única com porta de arco reto emoldurado e com um amplo janelão retangular com características que se aproximam do rococó. De destacar a monumentalidade do portão armoriado que permite acesso ao amplo terreiro fronteiro à casa. A sua recuperação urge para melhor aproveitamento deste património e sua melhor inserção no enoturismo regional.

A **Quinta e Paço de Lanheses** (fig. 6), também conhecida por Quinta do Paço ou Paço dos Almadás, por pertencer, desde o início do século XIX, ao representante dos Condes de Almada<sup>17</sup>, foi remodelado na sua quase totalidade no século XVIII, pelo que exprime também as marcas do barroco. Em 1723, foi pedido à diocese de Braga para transferir de sítio a antiga capela, aumentando-a e tornando-a pública. Foi benzida em 1757. Conserva-se na entrada da mata da propriedade o Pelourinho de Lanheses, monumento nacional, símbolo da entrega aos senhores da Casa de Lanheses do poder de praticarem justiça no desaparecido concelho de Vila Nova de Lanheses<sup>18</sup>.



Fig. 6 – Paço de Lanheses – Ponte de Lima.

Os vinhedos da quinta do Paço de Lanheses produzem uvas que vinificam na Adega Cooperativa de Ponte de Lima. A casa está preparada para turismo em espaço rural a que associa práticas do enoturismo.

Muito próximo de Ponte de Lima, na freguesia de Gemieira, encontra-se a **Casa do Barreiro** (fig. 7), propriedade cujas origens se encontram nos alvares do século XVII. Teve na atividade agrícola o seu principal sustentáculo, socorrendo-se hoje também do turismo em espaço rural. Os domínios da casa estendiam-se até ao Rio Lima e, muito embora e à semelhança de muitas das propriedades do Entre Douro e Minho se dedicasse a várias culturas, a vinha foi de entre todas a principal<sup>19</sup>. O vínculo da Casa do Barreiro integra a quinta e propriedades dispersas. Foi constituído pelo Padre João Gonçalves Monteiro e mais tarde (1643) herdado pelo Padre António Gonçalves Monteiro, seu primeiro administrador, que reconstruiu

<sup>14</sup> AZEVEDO, Carlos – *Solares portugueses: introdução ao estudo da Casa Nobre*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969, p. 107.

<sup>15</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 134.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 134.

<sup>17</sup> Foi fundada por João Martins Ricalde, fidalgo basco do século XVI e sua mulher D.<sup>ª</sup> Ana da Rocha, filha dos comendatários do Mosteiro de D. Salvador da Torre e proprietários do Couto de Lanheses.

<sup>18</sup> <URL: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%A7o\\_de\\_Lanheses](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%A7o_de_Lanheses)>.

<sup>19</sup> TURIHAB, *Solares de Portugal – A arte de bem receber...*, p. 31. Isso é visível também nas memórias paroquiais de 1758 da freguesia da Gemieira onde o vinho aparece como a primeira cultura da freguesia: ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 17, n.º 48, fls. 259-266.



a casa. O seu sobrinho António Monteiro casou com D.<sup>a</sup> Filipa de Caldas e Sousa e juntou-lhe o vínculo e padroado da Capela de Nossa Senhora dos Reis, incluída hoje na Igreja da freguesia da Gemieira. Mais tarde, a propriedade passou para a filha destes que a transmitiu ao seu filho, Miguel de Amorim Pimenta que restaurou a casa no início do século XVIII. Entre os descendentes desta família destacamos Francisco Malheiro Correia Pereira Peixoto que aprimorou a decoração da Casa do Barreiro, com as cantarias de pedra, às quais juntou a azulejaria de Jorge Colaço. António Malheiro Correia Pereira Peixoto, levou a cabo uma grande reestruturação da vinha, centrado nas técnicas da sua época. A casa mantém-se na posse da sua família que faz assentar a sua sustentabilidade na produção vinícola e na sua exploração enquanto unidade de enoturismo<sup>20</sup>.



Fig. 7 – Casa do Barreiro – Ponte de Lima.

Também ligada à vitivinicultura, ainda no concelho de Ponte de Lima, encontra-se a antiga Quinta do Pinheiro, hoje **Quinta do Paço de Calheiros** (fig. 8). Trata-se de um solar de finais do século XVII. Contudo, a origem da Casa é muito mais antiga, estribando-se na Honra de Calheiros, concedida a Martim Martins Calheiro por D. Dinis e confirmada por D. Afonso IV, em 5 de Fevereiro de 1336. Mais tarde, D. Sebastião, em 1566, ratificou a demarcação do domínio de Calheiros e os respetivos direitos a Diogo Lopes de Calheiros. O brasão dos Calheiros, porque descendentes de D. Ayres Nunes, originário da Galiza, ostenta as vieiras e bordões de Santiago de Compostela<sup>21</sup>. O domínio



Fig. 8 – Paço de Calheiros – Ponte de Lima.

de Calheiros compreendeu o Solar de Calheiros (reedificado em 1450), as Terras de Santo Estevão de Geraz, Beiral do Lima e Reguengo de Castelo (1424) as Terras de Bural e o Almojarifado de Ponte de Lima (1453), Devezas de Ponte de Lima (1454) recebendo os seus detentores em finais do século XIX o título de Condes de Calheiros (1890)<sup>22</sup>. A Casa manteve-se sempre na posse da família e está Implantada num dos lugares que proporciona, de um só golpe de vista, vislumbrar um dos mais belos cenários sobre o vale do Rio Lima. Casa centro de um vasto domínio a que a produção vinícola não foi estranha, o atual detentor da propriedade Francisco da Silva Calheiros e Menezes, com o objetivo de associar o enoturismo ao turismo em espaço rural, atividade sustentáculo da sua casa, iniciou a reconversão das vinhas da quinta. Hoje tem

<sup>20</sup> TURIHAB, *Solares de Portugal – A arte de bem receber...*, p. 31.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>22</sup> CALHEIROS, Diogo Lopes – “Memorial de Calheiros”. In *Arquivo de Ponte de Lima*, II. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1987.

produção própria que quando conseguir escala comercial assumirá a marca da casa, recuperando assim uma tradição familiar. Associa de forma assertiva o rendimento do património edificado aos proventos do vinho que, em terras de Ponte de Lima, vai assumindo honras de primeira grandeza, enquanto produto endógeno, elaborado sobretudo a partir da casta Loureiro.

A **Casa do Outeiro** (fig. 9) é uma das casas solarengas da freguesia de Santa Marinha de Arcozelo. Terra fértil não apenas para vinho, muito embora este figure em primeiro lugar entre o conjunto das produções agrícolas do século XVIII<sup>23</sup>. No século XVI a Casa do Outeiro reuniu as terras de duas quintas que usavam esse nome. Uma pertença a um ramo de Macieis, família ilustre com solar em Darque, junto a Viana do Castelo e a outra emprazada aos Senhores da Quinta de Silveiro, na freguesia de Correlhã. Em 1634, o casamento de António Álvares Maciel e D.<sup>a</sup> Ana Pinto Correia, acabou por unir as duas propriedades. A filha deste matrimónio D.<sup>a</sup> Maria Josefa Vieira Pinto Maciel foi a 1.<sup>a</sup> administradora do vínculo instituído por seus pais (1713). O seu casamento com Gaspar de Abreu de Lima Teles de Meneses, fidalgo da Casa Real e Senhor do Paço de Penas, em Refoios de Lima, originou novo vínculo registado com o nome de "Quinta de Santo António e de Nossa Senhora da Conceição do Paço do Outeiro e Refoios". Ao longo do século XVIII o edificado da Casa do Outeiro sofreu alterações, sendo-lhe acrescentada a varanda principal e o portão nobre. O gosto barroco caracteriza-a sob o ponto de vista arquitetónico. A capela, da invocação da Nossa Senhora da Conceição, foi construída em 1774<sup>24</sup> em substituição de uma anterior. Nas gerações seguintes o vínculo foi acrescentado e, em meados do século XIX era já uma das maiores casas senhoriais do norte do país, com terras e foros espalhados por todo o território até Lisboa. A Casa do Outeiro sofreu em 1809 (2.<sup>a</sup> Invasão Francesa) fortes danos. Ali estiveram alojadas as tropas de Soult. Mais tarde (1832-1834) durante a Guerra dos Irmãos Inimigos, sofreu novos danos, consequência das perseguições perpetradas aos seus proprietários pelas forças constitucionais. Apesar de tudo, mais de quatro séculos passados sobre a sua construção, mantém-se na posse dos descendentes da família fundadora. A prosperidade da casa assentou nas rendas de muitos foros das inúmeras propriedades que possuiu na sua área de implantação e mesmo em terras mais distantes<sup>25</sup>. Os vinhedos foram, sem dúvida, uma das suas fontes de receita a par de outras produções agrícolas que as casas de lavoura adstritas à propriedade testemunham. Estas estão hoje totalmente recuperadas para outra finalidade, o turismo em espaço rural, a que se associa o enoturismo em torno do Vinho Verde.



Fig. 9 – Casa do Outeiro – Ponte de Lima.

Sem sairmos de terras de Ponte de Lima, no passado como no presente ligada à produção de vinhos verdes, na freguesia de São Pedro de Arcos, encontramos a **Casa da Lage** (fig. 10). Apesar de esta propriedade ser referenciada nas memórias paroquiais de 1758 principalmente como produtora de

<sup>23</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 4, n.º 51, fls. 277-288.

<sup>24</sup> <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74974>>.

<sup>25</sup> TURIHAB, *Solares de Portugal – A arte de bem receber...*, p. 69.

culturas de sequeiro, o vinho, embora pouco, já era aí produzido<sup>26</sup>. Os terrenos agrícolas da casa resultaram de terras livres mas sobretudo do “Prazo Velho da Lage”, ou “Prazo de S. João D’Arga”, foreiro ao mosteiro do mesmo nome, instituído em 1468 e renovado em 1551 a favor de António Machado de Brito, Fidalgo da Casa Real<sup>27</sup>. Extinto o cenóbio da Serra d’Arga o senhorio direto dos seus bens passou para a casa do Marquês de Vila Real, seu padroeiro e, após a tentativa de regicídio foi incluído na Casa do Infantado e foi mais tarde incorporado na Fazenda Nacional. No plano arquitetónico a casa é produto de sucessivas construções. Com raízes medievais que remontam ao reinado de D. Sancho I, o seu primeiro senhor conhecido foi Vasco Annes de Brito (século XVI). A parte mais rica da casa data de finais do século XVII. O vínculo da Casa da Lage foi instituído por Jerónimo de Sousa Machado. Foi da sua iniciativa, em 1674, a construção da capela de invocação a Nossa Senhora da Apresentação. A casa foi ampliada pelo seu filho no decurso do século XVIII e tomou a configuração que se lhe conheceu até 1950. No último quartel do século XIX a Casa da Lage e a propriedade passou para a Família do Visconde da Barrosa, José Ribeiro Lima da Costa Azevedo. A Casa da Lage sofreu obras de beneficiação entre 1986 e o ano 2000. Hoje, para além da produção vitícola, apresenta-se como unidade de turismo de habitação onde o enoturismo tem representação<sup>28</sup>.



Fig. 10 – Casa da Lage – Ponte de Lima.

O **Solar de Bertandos** (fig. 11), ainda em terras limianas, remonta ao século XV, altura em que Fernão Pereira e sua mulher Maria Vasques Malheiro o receberam, por troca com o padroado da igreja de D. Tiago de Cristelo. Em 1566, a sua descendente Inês Pinto, mandou edificar a torre ameada que dá origem ao edifício de Bertandos, na freguesia deste nome. À volta daquela torre que ocupa lugar central, proliferou a construção que apresenta traços do barroco rural português. Está classificado como imóvel de interesse público desde 1977<sup>29</sup>. Apesar de hoje os vinhedos se estenderem em redor e em frente da Casa de Bertandos, a verdade



Fig. 11 – Solar de Bertandos – Ponte de Lima.

<sup>26</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 4, n.º 45, fls. 249-253.

<sup>27</sup> Recordamos que foi um dos acompanhantes do Rei D. Sebastião à batalha de Alcácer Quibir. Casou com D. Leonesa de Carvalho, filha de Pedro Anes, Dom Abade do Mosteiro de D. João D’Arga por indicação do Marquês de Vila Real, de quem era amigo pessoal, e a quem acompanhou quando este foi a Badajoz receber a princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião. GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Carvalhos de Basto, 1989-1990, Livro dos Costados, p. 217.

<sup>28</sup> TURIHAB, *Solares de Portugal – A arte de bem receber...*, p. 57.

<sup>29</sup> AURORA, 2.º Conde de – *O solar de Bertandos*, Porto: [s.n.], 1956.

é que no decurso do século XVIII as terras desta freguesia limiana apresentavam uma paisagem agrária onde predominavam ainda os cereais, trigo e centeio e milho grosso, a par da cultura do linho. Em abundância mesmo produzia-se feijão de todos os tipos<sup>30</sup>. A vinha domina agora as terras próximas do solar, estendendo-se até às margens do Lima e, a avaliar pela grandeza das instalações vinárias antigas da casa, o vinho foi uma das suas maiores fontes de rendimento.

Não poderíamos abandonar a sub-região do Lima, sem falar da **Quinta do Luou** (fig. 12), em Santa Cruz do Lima. Em 1515, no foral de Beiral de Lima, Diogo Gomes de Luou ficava obrigado a pagar em cada ano pelo casal reguengo que trazia, cinco alqueires de pão meado e oito alqueires de vinho, três de trigo e vinte e dois de centeio e uma marrã. É a notícia mais recuada sobre esta quinta e a vinha já está entre as suas culturas<sup>31</sup>. No século XVIII a freguesia de Santa Cruz do Lima produzia *vinho de cepa*, além das culturas tradicionais da região<sup>32</sup>. Os suas vinhas distribuíam-se já em baixas e de enforcado e salientam-se vinhos de casta mourisca galega<sup>33</sup>. A casa da quinta data dos séculos XVII e XVIII e ostenta o brasão da família Páris de Viana do Castelo. A Quinta de Luou há muitas gerações que se encontra em posse da família Malheiro Reymão. O seu vinhedo foi reestruturado nos anos sessenta do século XX e ocupa oito hectares. Nessa altura, adotou-se a Cruzeta como sistema de condução e, mantendo a tradição foram preservadas as ramadas sobre os caminhos. Desde 1985, a quinta passou a ter o estatuto de produtor engarrafador, dotando-se de meios técnicos para tanto, conseguindo já em inícios dos anos noventa do século XX, capacidade de armazenamento em cubas de cimento e de aço inoxidável para 160 pipas de vinho. As suas produções usam as castas tradicionais do Lima, com predominância para a Loureiro – 75%, trajadura – 15% e as castas Pedernã e Azal, que preenchem os restantes 10% da sua produção<sup>34</sup>.



Fig. 12 – Quinta do Luou – Ponte de Lima.

### 3. SUB-REGIÃO DO CÁVADO

O **Solar das Bouças** (fig. 13), casa grande de uma quinta com cerca de 35 hectares, situa-se em Amares. Aproveita a margem direita do rio Cávado e foi propriedade reconvertida em 1973, reunindo parcelas cuja tipologia se enquadrava na paisagem agrária típica da região de Braga. A sua dimensão é de cerca de quinze hectares de vinha, sobretudo das castas loureiro e trajadura. É nessa altura que surge a marca

<sup>30</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 7, n.º 9, fls. 761-766.

<sup>31</sup> Arquivo Municipal de Ponte de Lima (doravante AMPL), CMPL-FSMGBL, 1515- fl. 6.

<sup>32</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 12, n.º 468, fls. 273-276.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> ESTÊVÃO, José; SOTTO-MAYOR, João Paulo (fotografia) – *Quintas do Vinho Verde*, 2.ª ed. Porto, Lello & Irmão-Editores, 1995, pp. 70-71.

“Solar das Bouças”, vinho cujo sucesso comercial levou à duplicação da área plantada construindo-se por isso uma nova adega com capacidade superior a mil pipas de vinho<sup>35</sup>. A casa ou Solar das Bouças foi edificada na segunda metade do século XVIII e ostenta na fachada a pedra de armas da família Pinheiro de Almeida. Após ter passado pelo estado de ruína, Fernando Luís Van Zeller recuperou-a e o enoturismo em torno do Vinho Verde ganhou lugar na propriedade.



Fig. 13 – Solar das Bouças – Amares.

A **Casa da Tapada** (fig. 14) situa-se na freguesia da Torre e a terra que a rodeia produzia vinho em abundância na segunda metade do século XVIII<sup>36</sup>. Hoje a propriedade abrange uma área de 25 hectares, 12 dos quais estão ocupados por vinhedos. Continua a produzir vinho com a marca “Casa da Tapada”. A quinta remonta ao século XVI e na casa viveu o poeta Sá de Miranda entre 1530 e 1558 depois do seu casamento com D. Briolanja de Azevedo, fidalga de uma das famílias mais nobres do Minho. A propriedade serviu de refúgio a este que foi um dos maiores vultos das letras portuguesas do século XVI, muito influenciado pelo humanista Garcia de Resende<sup>37</sup>. De resto, foi na Casa da Tapada que produziu o essencial da sua obra, pelo que haveria de ficar também conhecido por “poeta do Neiva”.



Fig. 14 – Casa da Tapada – Amares.

Nesta sub-região dos Vinhos Verdes, destaca-se a **Quinta e Torre de Azevedo** (fig. 15), adquirida pela Sogrape Vinhos, S.A., em 1982. Mais uma quinta e casa com História. O núcleo primitivo da Quinta de Azevedo corresponde ao torreão lateral do também chamado “Solar de Azevedos” mandado executar por Martinho Lopes de Azevedo em 1536. A estrutura da casa foi depois alterada no século XVIII, com a construção da residência adossada à torre. Este novo edificado aproveitou as formas típicas do barroco e desenvolveu-se em dois pisos. Desde o século XVIII que a vinha também está presente na freguesia de Lama, concelho de Barcelos, território por onde se desenvolve a Quinta de Azevedo<sup>38</sup>. A capela contígua à Casa é em honra de Nossa Senhora do Leite, conhecida por Capela de Azevedo. O juiz ordinário da

<sup>35</sup> *Ibidem*, pp. 90-91.

<sup>36</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 37, n.º 70, fl. 613 v.

<sup>37</sup> Viajado por Roma, Veneza, Milão e Espanha, foi em castelhano que se exprimiu. Desencantado com a corte portuguesa e com a sua cidade natal, Coimbra, capital das letras por ter passado a ser sede da Universidade, para aí transferida por D. João III, acaba por se acolher primeiro na sua comenda de Duas Igrejas e depois na Casa da Tapada, próxima de Pico de Regalados. CIDADE, Hernâni – *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 7.ª ed., vol. I. Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 233-234.

<sup>38</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 19, n.º 27, fls. 147-152.

freguesia era eleito pelos moradores em ato presidido pelo senhor da mesma casa<sup>39</sup>. Entre 1982 e 1986 o imóvel foi recuperado e as vinhas da Quinta de Azevedo foram replantadas com castas nobres regionais, especialmente Loureiro e Pedernã, atingindo o vinhedo uma área de quase 35 hectares. A instalação das vinhas obedeceu a modernos sistemas de plantio e condução da vide por forma a garantirem a melhor exposição e arejamento das plantas, combatendo-se assim doenças. Na Quinta de Azevedo, liga-se perfeitamente a tradição e a inovação, constituindo uma das propriedades mais equilibradas da área de produção de Vinhos Verdes de patamar qualitativo elevado. Nas estruturas vinárias da quinta foi desenvolvida uma levedura utilizada com sucesso para o arranque e controlo da fermentação, em Portugal, França, Austrália e Estados Unidos da América, sinal de avanço tecnológico na produção vitivinícola numa propriedade secular da região dos Vinhos Verdes<sup>40</sup>.



Fig. 15 – Torre de Azevedo – Barcelos.

#### 4. SUB-REGIÃO DO AVE

O vinho na **Casa de Sezim** (fig. 16), freguesia de Nespereira, concelho de Guimarães, remonta a 1390 como consta de um documento que identifica vinhas que produziam as uvas destinadas à sua produção<sup>41</sup>. No século XVIII, as memórias confirmam a apetência daquelas terras para a produção de Vinho Verde em abundância<sup>42</sup>. Quanto ao Paço trata-se de um edifício composto por três corpos fechados integrando duas torres ligadas por uma ala central mais baixa. O seu portão armoriado fecha um muro que forma o terreiro da casa, encobrindo-a parcialmente. A capela apresenta um retábulo de talha neoclássica<sup>43</sup>. A sua história mais recente passou pela pelo plantio de 20 hectares de



Fig. 16 – Casa de Sezim – Guimarães.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> <URL: <http://www.sograpevinhos.com/regioes/Vinhos%20Verdes/locais/Quinta%20de%20Azevedo>>.

<sup>41</sup> ESTÊVÃO, José; SOTTO-MAYOR, João Paulo (fotografia) – *Quintas do Vinho Verde...*, p. 98.

<sup>42</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 25, n.º 16, fls. 101.

<sup>43</sup> <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-dopatrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72777>>.

vinha que passaram a integrar este domínio vitivinícola. Hoje, o seu produto mais famoso tem a marca “Casa de Sezim”, um vinho que se obtém exclusivamente a partir de castas nobres Loureiro, Trajadura, Pedernã e Azal Branco. A propriedade encontra-se aberta ao enoturismo e turismo em espaço rural e, desde o século XIV que se manteve nas mãos da família do seu atual proprietário. Receberam-na por doação de Maria Mendes Serrazinha a Afonso Martins de Freitas, descendente de D. João de Freitas, companheiro de armas de D. Afonso Henriques e neto de Martim de Freitas, o Alcaide-Mor do castelo de Coimbra<sup>44</sup>.

A **Quinta do Miogo** (fig. 17), situada na freguesia de São João da Ponte, no lugar de Campelos, bem no coração do concelho de Guimarães, remonta à Idade Média. Foi foreira à Colegiada de Santa Maria de Oliveira. No século XVI, o Casal de Don Togon de Miogo já tinha vinhas plantadas. O domínio medievo foi ao longo dos séculos partilhado por várias gerações e proprietários. Em 1755 foi concedido a Domingos Guimarães um brasão atestando a sua nobreza. Ainda no século XIX, foi proprietário da Quinta do Miogo o Conde de Santa Luzia, Título concedido por D. Luís I, em 1885, a José Joaquim Machado Ferraz, filho de António Duarte Machado Ferraz e de D. Ana Maria Rosa Peixoto. Casou em 1853 com D. Carolina Cândida de Sousa Pereira Magalhães, filha do conselheiro e par do reino, Félix Pereira de Magalhães e D.<sup>a</sup> Ponciana Maria de Sousa. Tem o título e foro de fidalgo cavaleiro da casa real (1845); moço fidalgo com exercício no paço desde 1849. Foi agraciado com o título de visconde de Santa Luzia a 2 de Abril de 1861 e comendador da ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 1863. A sua família tem brasão desde 1750. O Visconde de Santa Luzia fez obras na residência da quinta e mandou construir a capela em estilo barroco que comunica do terreiro da Casa do Miogo para o exterior. No século XX, a quinta do Miogo fica na posse de José Maria Oliveira Machado Vaz, responsável pela reconversão das vinhas, optando pelo sistema de condução em cruzeta. A adega foi igualmente modernizada, iniciando-se a comercialização dos vinhos com o nome da quinta em 1983. Mais tarde, sob o rótulo com o brasão do já citado Domingos Guimarães, começou a fazer-se Vinho Verde Espumante Miogo, produzido pela primeira vez em 1999<sup>45</sup>, um vinho ainda hoje comercializado sob a forma de espumante de Vinho Verde tinto, branco e rosado<sup>46</sup>.



Fig. 17 – Quinta do Miogo – Rótulo.

## 5. SUB-REGIÃO DO SOUSA

A **Casa de Cabanelas** (fig. 18) fica situada na freguesia de Bustelo, terra de tradições vinícolas às quais não foi estranha a presença monástica beneditina que, no século XVIII, produz “[...] vinho de enforcado [...]” referido como a primeira cultura indicada no inquérito paroquial<sup>47</sup>. Esta Casa pertence a uma

<sup>44</sup> ESTEVÃO, José; SOTTO-MAYOR, João Paulo (fotografia) – *Quintas do Vinho Verde...*, p. 39.

<sup>45</sup> *Ibidem*, pp. 72-73.

<sup>46</sup> <URL: <http://www.vinhoverde.pt/pt/vinhoverde/marcas/default.asp?key=&xlist=1&marca=10496&ordem=15&pesq=MIOGO>>.

<sup>47</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 7, n.º 47, fls. 1047-1057.

das mais antigas famílias do Entre-Douro e Minho, os Sotto Mayor e Menezes, fidalgos da casa Real<sup>48</sup>. Construção da primeira metade do século XVIII compõem-na elementos barrocos nomeadamente a fonte é encimada por um escudo esquartelado com os vários ramos da família, com uma bica em forma de carranca<sup>49</sup>. Casa nobre que representa a tradição vitivinícola no concelho de Penafiel. A quinta da casa estende-se pelas encostas do vale do rio Sousa. As suas vinhas estão hoje implantadas em solo de origem granítica, em socalcos de meia encosta e produzem uvas de qualidade das castas Loureiro, Trajadura, Pedernã e Azal<sup>50</sup>.



Fig. 18 – Casa de Cabanelas – Penafiel.

Em Caíde de Rei a **Casa de Vilaverde** (fig. 19), situa-se no concelho de Lousada e é mais uma casa nobre que ao longo dos séculos encontrou esteio económico nos Vinhos Verdes. Próximo da quinta foram achados vestígios da presença romana, no lugar conhecido como Outeiro de Lagar dos Mouros, suscetíveis de terem albergado uma estrutura desse tipo, levantando-se mesmo a hipótese de a atual casa de Vilaverde ter sido edificada sobre um antiga *Villa* romana<sup>51</sup>. A propriedade esteve sempre na posse da família Pinto de Mesquita, cujas armas se encontram na capela da Casa. António Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães senhor desta casa notabilizou-se pela conferência que proferiu em 1928, na Liga Agrária do Norte, em prol da defesa da produção e comércio dos Vinhos Verdes, insurgindo-se contra a regulamentação do sector, publicada em 1926. A parte primitiva da atual casa solarenga é anterior ao século XVI como se percebe pela torre de granito, origem do carácter senhorial da propriedade. Já o corpo central da casa grande da Quinta de Vilaverde é edificado no século XVIII e no século XX a casa foi acrescentada com mais um corpo. Um terreiro murado, também setecentista e a capela em invocação do mártire São Sebastião que se encontra no seu interior em imagem esculpida por Teixeira Lopes, compõem o conjunto arquitetónico desta quinta histórica do Vinho Verde<sup>52</sup>. Importa salientar os cerca de 20 hectares de vinha existentes em redor da casa, conduzidas em cordão simples e em cruzeta, reveladores da busca da modernidade na transformação da viticultura, por forma a poder-se obter as melhores uvas a fim de vinificar o “Casa de Vilaverde”<sup>53</sup> feito



Fig. 19 – Casa de Vila Verde – Lousada.

<sup>48</sup> ESTÊVÃO, José; SOTTO-MAYOR, João Paulo (fotografia) – *Quintas do Vinho Verde...*, p. 24.

<sup>49</sup> SILVA, António Lambert Pereira da; BELO, Conde de Campo (Pref.) – *Nobres Casas de Portugal...*, vol. III, p. 25.

<sup>50</sup> ESTÊVÃO, José; SOTTO-MAYOR, João Paulo (fotografia) – *Quintas do Vinho Verde...*, pp. 24-25.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>53</sup> <URL: <http://www.vinhoverde.pt/pt/vinhoverde/marcas/default.asp?key=c&xlist=3&marca=1981&ordem=74&pesq=>>.



com as castas, Azal Branco, Trajadura, Pedernã e Loureiro. De resto, a terra já no século XVIII era propícia ao cultivo da vinha. O pároco de Caíde de Rei, quando perguntado sobre os produtos da terra em 1758, falou de “[...] Vinho Verde e boas frutas”<sup>54</sup>.

## 6. SUB-REGIÃO DE BASTO

A Casa de Canedo (fig. 20) fica situada na freguesia do mesmo nome, em Celorico de Basto. Solar rústico núcleo de uma exploração agrícola e florestal de cerca de 50 hectares. A casa, na sua atual forma, advém da fusão, através da capela, de um edifício inicial do século XVII, de planta quadrada com pátio interior, onde se situa a zona nobre e os serviços, ao qual foi acrescentado, no século XVIII, uma nova ala conhecida por “Casas Novas”. Canedo em meados do século XVIII já produzia vinho, juntamente com feijão, azeite, linho, castanha e fruta variada<sup>55</sup>. Destaca-se ainda hoje nesta casa a produção de Vinho Verde entre as culturas agrícolas desta propriedade. Desde 1966 que, cumulativamente, os seus proprietários exploram também a vertente do turismo em espaço rural. A Casa do Canedo foi pertença da família Machado de Andrade e, em 1917, em legado de última hora, passou para a Misericórdia de Margaride<sup>56</sup>.



Fig. 20 – Casa de Canedo – Celorico de Basto



Fig. 21 – Casa da Tojeira – Cabeceiras de Basto.

Na freguesia de Faia, já no concelho de Cabeceiras de Basto, a **Casa da Tojeira** (fig. 21) tem referências históricas que remontam ao século XVII, à Família Pereira de Castro de Barros Velho do Amaral<sup>57</sup>.

## 7. SUB-REGIÃO DE AMARANTE

A **Casa de Vila Boa** (fig. 21), na freguesia de Vila Boa de Quires do concelho do Marco de Canavezes é uma propriedade explorada desde 1722 pela família Vasconcelos, mas a sua origem remonta ao século XIV. Dentro dos limites deste domínio existe a fachada de um solar setecentista (1740) que segundo a voz popular não chegou a ser construído porque o arquiteto espanhol a quem a obra foi encomendada morreu de uma queda aquando da edificação do mesmo e a obra não foi terminada. A quinta tem atualmente

<sup>54</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 8, n.º 36, fls. 203v.

<sup>55</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 9, n.º 100, fls. 689-693.

<sup>56</sup> TURIHAB, *Solares de Portugal – A arte de bem receber...*, 1999, p. 39.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 89.

30 hectares de vinha onde predominam as castas Azal, Pedernã, Trajadura e Espadeiro. Recorde-se que a designação de Boa para a Vila de Quires foi atribuída pelo primeiro rei de Portugal em consideração à bondade dos vinhos produzidos a partir das uvas do lugar, corria o ano de 1159<sup>58</sup>. De resto, o inquérito paroquial pombalino continua a referir-se à freguesia de Vila Boa de Quires como produtora de Vinho Verde<sup>59</sup>.

**Solar do Ribeiro** mantém-se desde o século XVIII também graças à agroindústria do Vinho. O domínio desta casa espalha-se pela freguesia de S. Lourenço do Douro que nessa altura produzia milho em maior quantidade mas também vinhos e azeite<sup>60</sup>. Kinsey, em 1829, não deixou escapar na sua viagem pelo rio Douro a Quinta e o Solar do Ribeiro<sup>61</sup> que lhe surpreendeu o olhar com o seu famoso jardim<sup>62</sup> adornado de pilastras e azulejaria setecentista que ainda hoje mantém. Fronteiro à casa abre-se um amplo terreiro com capela dedicada em 1702 a Santo António e ornada de belíssima talha dourada. A família Vieira de Melo está ligada à Quinta e à Casa do Ribeiro desde o século XVI. Convivem nesta quinta formas tradicionais de condução da vinha com opções mais modernas de conduzir a vide nomeadamente em cordão, onde se implantaram sobretudo as castas Azal e Pedernã que, associadas a um microclima peculiar têm permitido produzir Vinho Verde de qualidade<sup>63</sup>.

**Vilacetinho** (fig. 23) foi um casal pertencente ao mosteiro de Alpendurada em plena Idade Média e é hoje uma propriedade de referência no mundo dos Vinhos Verdes. A Casa de Vilacetinho localiza-se no lugar de Vila Boinha, freguesia de Alpendurada e Matos do concelho do Marco de Canavezes. O edificado data dos séculos XVII e XVIII. Foi mandada construir pela família do grande proprietário e viticultor, António Vieira de Magalhães, 1.º Visconde de Alpendurada, filho de Manuel Vieira de Magalhães, senhor de Vila-cetinho, Várzea e Pinheiral e de Maria Angélica Ferreira. Liga-se a Vilacetinho Francisco Girão, um nome grado viticultura dos Vinhos Verdes que



Fig. 22 – Casa de Vila Boa – Marco de Canavezes.



Fig. 23 – Casa de Vilacetinho – Marco de Canavezes.

<sup>58</sup> CARDOSO, António Barros; SILVA, Francisco Ribeiro da – *Porto do Vinho – Port of Wine*: Porto: Civilização Editora, 2007, p. 49.

<sup>59</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 39, n.º 179, fls. 1081-1088.

<sup>60</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 21, n.º 141, fls. 6.

<sup>61</sup> KINSEY, William Morgan – *Portugal Illustrated*, 2.ª ed. London, Teuttel and Wurtz, 1829, pp. 349-352.

<sup>62</sup> CARDOSO, António Barros; SILVA, Francisco Ribeiro da – *Porto do Vinho – Port of Wine*..., p. 49.

<sup>63</sup> ESTÉVÃO, José; SOTTO-MAYOR, João Paulo (fotografia) – *Quintas do Vinho Verde*..., p. 95.

no século passado se notabilizou como um dos primeiros produtores-engarrafadores e exportadores na Região Demarcada. De resto, chegados a 1957, a qualidade apurada dos vinhos de Vilacetinho elevou-se para chegar à mesa dos banquetes servidos em honra de Isabel II de Inglaterra, realizados em Lisboa, aquando da visita da soberana a Portugal. Foi por essa altura dotado de um rótulo especial. Não se tratou de uma imposição mas de uma escolha que os próprios ingleses fizeram de entre vários lotes de vinhos que lhes foram apresentados.

Na Sub-Região de Amarante destacamos também a **Quinta e Casa de Pascoaes** (fig. 24) mandada edificar no século XVII por João Mendes de Vasconcelos e Queirós, Cavaleiro da Ordem de Cristo, em virtude dos serviços prestados pelo seu avô materno Jacinto Teixeira de Magalhães, Fidalgo da Casa Real, Capitão de Infantaria na Guerra da Sucessão (1701-1713). Durante as invasões francesas (1808) o solar foi incendiado permanecendo a capela, parte do seu edificado original.. Em meados do século XIX foi reconstruído tomando as formas que hoje apresenta de um estilo pouco definido, assumindo linguagens arquitetónicas e decorativas tão diversas como a maneirista, a neoclássica e a revivalista de oitocentos. Através de um



Fig. 24 – Casa de Pascoaes – Amarante

jardim desenhado por canteiros de buxo e laranjeiras, chega-se ao imponente portal da casa. A importância desta casa muito se deve à presença de Joaquim Pereira Teixeira de Vasconcelos (1877-1952), conhecido por Teixeira de Pascoaes. Aí conviveu com figuras marcantes da cultura portuguesa de finais do século XIX, inícios do XX, com destaque para Raul Brandão (1867-1930) e o filósofo, novelista e poeta Miguel de Unamuno (1864-1936). Mas, a Quinta e Casa de Pascoais não vive apenas dessas memórias ligadas ao escritor e poeta. Ele também foi vitivinicultor, tarefa que os seus descendentes continuaram. De resto, toda a freguesia de Gatão é conceituada pelos seus vinhos, pelo menos desde o 1788, altura em que a propósito das produções se disse "[...] sam vinho, milhão, milho miudo, painço, senteio, Trigo, Cevada, feijam [...], castanha, linho, azeite". Porém, acrescentou o pároco na resposta ao inquérito pombalino: "[...] de vinho e milham he mayor abundancia[...]"<sup>64</sup>. De facto a tradição vinícola do lugar é antiga sobretudo no que respeita a vinhos tintos diz respeito produzidos exclusivamente com as castas Bastardo, Alvarelhão e Azal<sup>65</sup>. Os brancos eram vinificados a partir de uvas das castas Azal Nacional, Batoca e Malvasia, às quais, por exigência dos mercados recentemente se lhe juntou o fruto da Trajadura, Pedernã, Loureiro e Avesso<sup>66</sup>.

## 8. SUB-REGIÃO DE BAIÃO

Nesta sub-região é incontornável uma referência ao **Paço de Teixeira** (fig. 25) situado na parte mais a norte do concelho de Baião. Esta quinta está implantada em terras de transição entre a Região dos Vinhos Verde e a Região Demarcada do Douro servindo as margens do Rio Teixeira como fronteira natural entre

<sup>64</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais* – VOL.17- N.º22, fls. 111-116.

<sup>65</sup> PATRÍCIO, António – *Gatão*. Gatão: Junta de Freguesia de Gatão, 2005, p. 38.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 39.

estas duas regiões vitícolas. A origem do topónimo Teixeira está ligada a D. Hermígio Mendes de Teixeira, nobre espanhol dos inícios do século XII. Filho de um alferes-mor do Conde D. Henrique, por aqui terá erguido a sua casa. A quinta, voltada para o vale do rio Douro, é composta por uma casa senhorial do século XV. A freguesia embora hoje ostente com autenticidade dois cascos de vinho nas suas armas, a verdade é que por volta de 1758 o que a terra mais produzia era cereal, com destaque para o milho<sup>67</sup>. A propriedade é também conhecida por Quinta do Paço e pertence desde o século XIII à família Cabral Montez<sup>68</sup>. Predominam na quinta do Paço de Teixeira, as castas Avesso, Trajadura, Loureiro e Pedernã, implantadas num solo chistoso, raro na Região dos Vinhos Verdes. Toda a vinha é mecanizada, com exceção da recolha da uva, aspeto a que se presta grande atenção bem como ao seu transporte e vinificação com o objetivo de se produzir vinhos de qualidade superior<sup>69</sup>.



Fig. 25 – Paço de Teixeira – Baião – Rótulo.

A **Quinta dos Guimarães** (fig. 26), sobranceira ao Rio Douro, em terras de Santa Marinha do Zêzere, no lugar de Mínguas, concelho de Baião é propriedade de cerca de 40 hectares, 6 dos quais de mata e 25 de vinha. A casa foi construída no século XVIII (1720) e a família detentora da quinta tem larga experiência na produção de Vinho Verde que granjeou ao longo de sete gerações. A capela, em honra de Nossa Senhora da Conceição, empresta dignidade à fachada principal da casa. Nos tetos interiores deste solar das margens do Douro encontram-se motivos decorativos pictóricos originais do século XVIII, destacando-se ao centro do teto do salão principal o brasão da família Fonseca, a quem antepassados dos atuais proprietários compraram a casa no século XIX, que se encontra em posse da família Cunha Coutinho há 150 anos. No interior da quinta existe uma casa em ruínas onde morou Jerónimo Caldas que fez parte da quadrilha do José do Telhado, figura mítica cujos feitos fazem parte do património imaterial do norte de Portugal<sup>70</sup>. Nesta propriedade, produz-se com a casta Arinto e Avesso, o vinho da marca Cazas Novas, comercializado pela firma Montez Champalimaud, proprietários da Já referida Quinta do Côtto, na região do Douro<sup>71</sup>.



Fig. 26 – Quinta dos Guimarães – Baião.

<sup>67</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 36, n.º 34, pp. 197-202.

<sup>68</sup> AZEVEDO, Correia de, *O Douro Maravilhoso*. S.l. s.n. [1976], p. 326. Ver também AZEVEDO, Correia de – *Brasões e casas brasonadas do Douro*. S.l. s.n., 1974, p. 147.

<sup>69</sup> ESTÊVÃO, José; SOTTO-MAYOR, João Paulo (fotografia) – *Quintas do Vinho Verde...*, p. 55.

<sup>70</sup> <URL: <http://quintadeguimaraes.com/a-quinta>>.

<sup>71</sup> <URL: <http://www.vinhoverde.pt/pt/vinhoverde/marcas/default.asp?key=&xlist=1&marca=11511&ordem=9&pesq=CAZAS NOVAS#>>.

## 9. SUB-REGIÃO DO PAIVA.

A **Quinta da Fisga** (fig. 27) é uma das grandes propriedades vinícolas da Sub-Região do Paiva. Situada na Freguesia de Bairros, dominava o lugar em meados do século XVIII. A freguesia era nessa altura habitada apenas por cerca de 377 moradores, num habitat disperso por 18 lugares, sendo que o de Pendo Longo apresenta a curiosidade de pertencer em anos alternados a esta freguesia e à freguesia vizinha de Sobrado<sup>72</sup>. O lugar da Fisga é referenciado com alusão à Quinta, então propriedade de "...Manoel Salema de Gouveia e Carvalho, fidalgo de Caza de Sua Magestade."<sup>73</sup>. Certo é que a descrição do que se produzia nesta terra no século XVIII, mostra-a já abundante em vinho<sup>74</sup>. Certamente que a produção da Quinta da Fisga e dos foros que a casa recebia contaram para que se fizesse referência, já naquela altura, a "muito vinho". A casa foi mandada construir por Manuel de Gouveia de Carvalho, em 1683. É possível que nesta fase apenas existisse a ala direita, flanqueada por duas torres, e aberta pela varanda de colunas e balaustrada, a que se acede pela escadaria central. O último piso das torres é marcado pelo beirado que continua o do corpo principal. A da direita termina em coruchéu, mas já não é possível saber qual o remate da torre esquerda, muito alterada no século XX. Certo é que, na segunda metade do século XVIII, a casa recebeu obras que a dotaram de capela privativa (1788). São da mesma época os fontanários do jardim. Em 1781 foi construído o muro encimado por estatuária diversa e nele aberto o portão que termina num imponente frontão triangular, com as armas da família e, no vértice, a figura da religião. Todos estes elementos heráldicos apresentam a mesma configuração, com as armas dos Sousas, Abreus, Salemas, Gouveias, Meios e Castros<sup>75</sup>. A última intervenção no imóvel teve lugar em 1928. Construiu-se então o corpo esquerdo na busca de uma relação simétrica com a torre do lado oposto. Nessa altura a torre central foi também alterada, criando-se efeito diferenciador das restantes através da colocação das ameias que lhe dão a aparência de edificado medievo<sup>76</sup>.



Fig. 27 – Quinta da Fisga – Castelo de Paiva

Ainda em Castelo de Paiva, na freguesia de Fornos, encontra-se a **Quinta do Covelo** (fig. 27), mencionada nas memórias paroquiais de 1758 como a constituir um lugar da freguesia<sup>77</sup>. De entre os templos referenciados indica-se a capela de Nossa Senhora do Desterro neste lugar, com a indicação de que "...he particular do fidalgo Bernardino Luís de Souza e Abreo"<sup>78</sup> precisamente a capela da Casa e Quinta do Covelo, situada a meia encosta e sobranceira ao rio Paiva. Entre os frutos da freguesia estão o milho,

<sup>72</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais*, vol. 6, n.º 7, fls. 49-46.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Aveiro zona norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1981, p. 62.

<sup>76</sup> AZEVEDO, Carlos – *Solares portugueses...*, p.62.

<sup>77</sup> ANTT – *Memórias Paroquiais* – VOL. 16, n.º 133, fls. 833-848.

<sup>78</sup> *Ibidem*.

o centeio, trigo, azeite e vinho. É referido expressamente pelo Abade António da Rocha Rebelo que a maior parte dos “ninos” que a quinta produzia navegavam pelo rio Douro para a alimentar a cidade do Porto<sup>79</sup>. A Casa e Capela da Quinta do Covelo, encontram-se restauradas e são enquadradas pelos cerca de 9 hectares da propriedade, parte dos quais em vinha de castas recomendadas para a Sub-Região de Paiva, respeitando as melhores técnicas de implantação para obter vinhos de qualidade cumprindo ao mesmo tempo critérios severos de proteção ambiental, nomeadamente no que se refere aos produtos utilizados nos tratamentos da vinha. A área da Casa do Covelo vimo-lo, há muito vê reconhecida a apetência para a produção vinícola. Mais recentemente (2002) a comercialização dos vinhos tintos e dos vinhos espumantes brancos sob a marca “Saramagosa”, a ganhou ainda mais visibilidade. O sucesso recente teve esteio na reestruturação das vinhas, bem como na modernização das suas adegas e técnicas de vinificação. Soma à produção vinícola a tradição do fabrico de compotas de confeção artesanal, alicerçada numa experiência longa que ganhou raízes na quinta durante a primeira metade do século XX<sup>80</sup>.



Fig. 28 – Quinta Do Covelo  
– Castelo de Paiva.

## A TERMINAR

Neste périplo por algumas das mais relevantes Casas Nobres do noroeste português, passamos pelas nove sub-regiões em que se subdivide a Região dos Vinhos Verdes que, considerando o território que abrange e não o volume de produção, é a maior região vinícola portuguesa. Destacamos aqui apenas alguns exemplares a servirem de amostra de patrimónios gerados e mantidos por uma economia rural em que o Vinho Verde teve, e ainda hoje tem, uma significativa importância. É certo que as quintas e Casas Nobres não são o único recurso patrimonial endógeno da Região dos Vinhos Verdes, mas ainda assim representam um recurso que urge valorizar cada vez mais. Afinal, elas constituem-se como elementos fundamentais de apoio às rotas turísticas que é possível elaborar no território. Destacamos sobretudo as que preservam raízes históricas cruzadas de forma mais intensa com os vinhedos que em seu redor foram sendo construídos e que, embora transformados pelo tempo e pela evolução tecnológica, continuam a ser presença de um passado que ajuda a perceber a evolução da arquitetura paisagística e a potenciar a sua importância no presente, enquanto recurso turístico e a suportar a sua projeção no futuro. Em muitos casos, são o “museu do território” que continua a ser vivenciado pelas comunidades a quem convém, e muito, a expansão estratégica de preservação e valorização destes recursos, já pela integração de bens materiais, já pela compreensão de patrimónios imateriais que guardam e que serão melhor compreendidos pelos turistas, à margem de uma abordagem museológica mais tradicional. Ademais, muitas destas propriedades juntam ao rendimento da produção vinícola os proventos do enoturismo, do turismo em espaço rural, enquanto atividades complementares, assegurando a sua sustentabilidade, que depende do maior aprofundamento radicular das suas bases económicas de sustentação.

<sup>79</sup> *Ibidem*.

<sup>80</sup> <URL: [http://fornos.jfreguesia.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=26&Itemid=40](http://fornos.jfreguesia.com/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=40)>.